

Dívida I

Endividamento agrícola: o peso dos compromissos

EM QUE pesem as dificuldades conjunturais e as mudanças abruptas de cenários, a agricultura brasileira cresceu de forma vigorosa nos últimos quinze anos. A área de grãos ampliou a área plantada em mais de um terço, e a produção animal mais do que dobrou. A atividade ficou mais intensiva, com dependência de terceiros em termos de capital fundiário para a aquisição de terras, maquinários e benfeitorias, além de giro para os ciclos das lavouras e criações.

É claro que o grau de capitalização do setor não foi suficiente para bancar com recursos próprios um aquecido movimento expansionista. Além disso, sem instrumentos anti-cíclicos para enfrentar quadros adversos de clima e doença, como seguro rural, bem como fatores macroeconômicos como juros elevados e câmbio valorizado, deixam a atividade exposta altos riscos. Agroanalysis procura traçar uma situação do campo, principalmente na área de grãos, diante da influência das decisões tomadas em passado recente sobre o presente.

A situação atual dos agricultores reflete as suas obrigações financeiras para saldar a dívida crescente assumida entre o ciclo favorável de 1999 a 2004. Em termos absolutos, a dívida passou de R\$18 bilhões para R\$ 50 bilhões nesse período. E entre 1996 e 1999 a dívida havia subido de R\$ 13,9 bilhões para R\$ 18,6 bilhões. Por isso, apesar de uma comercialização favorável na presente temporada, o setor depara com pesado fardo em função da queda de rentabilidade nas safras 2004/05 e 2005/06.

É importante olhar com atenção para a evolução dos créditos de investimento,

de comportamento cumulativo e diferente dos outros empréstimos de ciclo anual. Entre as safras 2002/03 e 2003/04, foi contraída uma dívida adicional de R\$ 20,9 bilhões só na rubrica crédito de investimento. Entre 1999 e 2006, o endividamento aumentou em R\$ 36,7 bilhões.

Somente no Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados a Colheitadeiras (Moderfrota), os produtores contraíram uma dívida de R\$ 10,2 bilhões entre as safras 2002/03 e 2003/04.

Cabe assinalar também que as estatísticas do crédito rural do Banco Central incluem apenas os valores do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). O crédito concedido fora do SNCR, de relevância crescente em anos recentes, como a Cédula do Produto Rural (CPR), um título criado pela Lei nº 8.929, em 22 de agosto de 1994, para fomentar a venda de produtos agrícolas, assim como a compra de insumos contra pagamento na safra, não são contemplados nas estatísticas.

Os instrumentos podem ser registrados na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Título (Cetip) e avalizados por um agente financeiro. Quando não são registrados e avalizados os instrumentos são chamados de “CPR de gaveta”.

As operações da “CPR de gaveta”, que somam valores bem maiores em comparação às CPRs avalizadas e registradas, fazem parte de um sistema informal de crédito desenvolvido no Brasil nos últimos anos. Seu crescimento decorre das dificuldades burocráticas e da oferta de garantia para acessar o sistema formal. As agroindústrias e *traders*, diante da maior facilidade para captar recursos, realizam “CPR de gaveta” com os agricultores a custos mais competitivos.

Quando se compara a evolução anual, os saldos devedores médios dos produtores cresceram em relação ao Produto Interno Bruto setorial, divulgado pelo IBGE. No biênio 2005/06, a participação da dívida agrícola no PIB subiu com todo vigor, pelo efeito combinado de aumento de R\$ 9 bilhões e R\$ 6 bilhões, respectivamente, nas dívidas de custeio e investimento, enquanto o PIB sofria queda.

Observação: os valores das dívidas incluem uma estimativa do montante da dívida agrícola transferida em 2001 dos bancos federais para o Tesouro Nacional, com base na Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, de R\$ 6 bilhões para o crédito de custeio e R\$ 3 bilhões para o crédito de investimento.

Agricultura: dívida do crédito rural em relação ao PIB da agricultura (%)

Ano	Custeio	Investimento	Comercialização	Total
1995	16,4	11,8	7,0	35,3
1996	17,5	11,0	5,0	33,5
1997	15,8	10,8	5,1	31,7
1998	14,6	12,9	5,3	32,6
1999	17,9	14,3	3,1	35,3
2000	19,4	16,0	2,3	37,7
2001	18,3	18,4	2,5	39,2
2002	17,1	16,9	2,1	36,1
2003	15,9	16,7	2,4	35,0
2004	15,7	17,7	2,1	35,5
2005	19,7	23,1	1,9	44,7
2006*	24,6	27,8	2,6	54,8

*valores até outubro
Fonte: Bacen e IBGE

Esse rápido crescimento do endividamento agrícola de curto e longo prazos, combinado com a queda na renda entre as safras 2004/05 e 2005/06, impede que o setor tenha capacidade para saldar seus compromissos.

Nos próximos anos, o grande desafio do governo está justamente em praticar uma política agrícola, que alivie o endividamento excessivo de uma atividade cercada de incertezas e volatilidades intrínsecas. Elevados investimentos sempre pressionam os custos fixos de produção e causam rigidez na oferta quando a conjuntura de preços está comprimida. Tudo isso torna o ambiente mais volátil e instável. ■

Dívida II

A crise em 2004 e 2005

LOGO DEPOIS do lançamento do Plano Real, em junho de 1994, o endividamento agrícola cresceu muito rápido e chegou praticamente a um ponto de insolvência. A situação foi amenizada com a instalação de programas de negociações da dívida agrícola: a securitização em 1995; o Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa) e o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop), ambos de 1998.

Segundo o relatório da Organização para Cooperação e desenvolvimento Econômico (OCDE), um montante de R\$ 21,8 bilhões foi renegociado por meio da securitização e do Pesa. O cálculo não inclui os rebates de empréstimos concedidos no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Programa Especial para Reforma Agrária (Proceras).

Com a mudança da política cambial em janeiro de 1999, encerrava-se a sustentação do Plano Real em cima da âncora R\$1=US\$

1. Paralelamente, ganhou espaço a crença de que a taxa de câmbio buscava um novo ponto de equilíbrio mais competitivo para as exportações do agronegócio.

Em adição, as compras por parte da China, a quebra na safra norte-americana e as doenças sanitárias registradas na União Européia e nos Estados Unidos elevaram os preços das *commodities* agrícolas no mercado internacional.

Diante da melhoria significativa dos indicadores macroeconômicos e dos acúmulos de saldos comerciais positivos pela economia brasileira, combinados com a farta liquidez internacional e o rápido movimento de expansão da economia mundial, aconteceu um aumento no estoque de moeda estrangeira e a apreciação do real. Houve uma reversão na conjuntura a partir de 2004.

Desde então, o crédito de custeio cresceu de participação, enquanto o crédito de investimento encolheu. De fato, nas safras 2004/05 e 2005/06, o valor aplicado do no crédito de custeio e comercialização su-

perou o programado e se concentrou na linha dos “juros controlados” do crédito rural, que são mais baixos do que os “juros livres”. O Tesouro arcou com a diferença, por meio da “equalização de juros”.

Já o orçamento para o presente ano-safra, de julho de 2006 a junho de 2007, previa aumento R\$ 8.200 bilhões para custeio e comercialização e corte de R\$ 2.350 bilhões em investimento. A expansão programada para os “juros controlados” chegava a 25% e a de “juros livres” recuava em 20%.

Uma das explicações para o aumento na quantidade de operações no crédito rural de custeio está na redução do sistema informal de crédito agrícola após o início da crise em 2004, como aconteceu com a CPR de gaveta.

No ano passado, os contratos com CPR sofreram os efeitos da elevação da oferta de crédito de custeio, os juros subsidiados pelo governo e a fuga de produtores sem acesso a financiamentos. Em 2005, os negócios já tinham sentido os efeitos negati-

Concessão de financiamento para produtores e cooperativas (R\$ milhões, deflator IPCA, safra 2005/06=100)

Safra	Custeio	Investimento	Comercialização	Total
1995/96	9.230	3.103	1.430	13.763
1996/97	10.409	2.881	1.188	14.478
1997/98	11.674	4.107	2.024	17.805
1998/99	12.516	3.330	2.725	18.571
1999/00	13.716	4.226	3.472	21.414
2000/01	14.707	5.451	4.411	24.569
2001/02	15.047	7.857	4.849	27.752
2002/03	19.884	8.742	6.156	34.781
2003/04	21.839	11.003	7.063	39.905
2004/05	25.223	11.155	10.192	46.570
2005/06	24.178	9.526	8.910	42.613
2006/07*	n.d.	8.600	n.d.	50.000

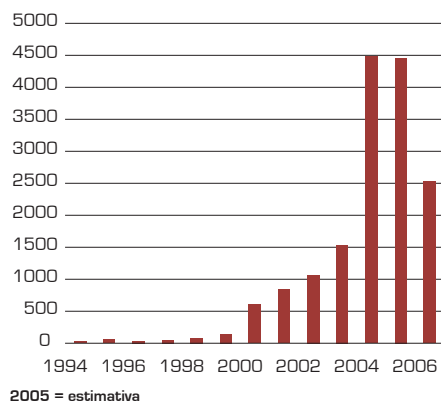
* estimativa. Fonte: MAPA

Crédito rural: recursos programados e aplicados (milhões R\$, deflator IPCA, média da safra 2004/04=100)

Fonte de recursos	2004/05		2005/06		2006/07
	Programado	Aplicado	Programado	Aplicado	Programado
I. Custeio e comercialização	30.337	36.693	33.200	38.088	41.400
Juros controlados	18.677	23.771	20.900	24.414	30.100
Juros livres	11.660	12.922	12.300	13.874	11.300
II. Investimento	11.290	8.415	11.150	5.594	8.600
Total (I+II)	41.627	45.108	44.350	43.682	50.000

Fonte: MAPA

Banco do Brasil: operações com CPRs (R\$ milhões)



vos do ressurgimento da febre aftosa, da desvalorização do dólar ante o real e a estiagem no sul do País. Em números, o valor movimentado pela CPR caiu 43,35% em relação ao ano anterior. ■

Exemplo: Mato Grosso

O saldo da perda de renda na soja mato-grossense leva em consideração:

1. O aumento de 2,8 milhões de hectares para 6,1 milhões hectares entre as safras 2000/01 e 2004/05. Um incremento de 3,3 milhões de hectares que demandou investimentos R\$ 8,8 bilhões, em recursos próprios e financiados;
2. As perdas estimadas de R\$ 2,1 bilhões na safra 2004/05 e de R\$ 2,3 bilhões safra 2005/06,

As duas contas somam R\$ 13,2 bilhões. Esse volume dividido pela estimativa de renda bruta de uma safra (R\$ 7,1 bilhões), corresponde a 1,87 safra. Para uma rentabilidade média de 10%, serão necessários 18,7 anos para quitar o saldo negativo.

Dos R\$ 8,8 bilhões investidos, seja em mecanização e benfeitorias como em incorporação e correção de áreas, R\$ 3,5 bilhões saíram do bolso do produtor, o restante, R\$ 5,3 bilhões – ou cerca de 60,22% do total – veio de financiamentos. A Fundação Mato Grosso (Famato) propõe uma política que possibilite a recuperação da renda do setor.

Dívida III

Limites para crescer

QUANDO SE faz a o desmembramento da dívida total agrícola segundo a finalidade dos empréstimos concedidos (comercialização, custeio ou investimento), pode-se ver que o crédito de investimento cresceu mais rapidamente que o crédito de custeio.

Diante da dimensão assumida pela dívida de investimento, o agricultor, para honrar os seus compromissos de amortização e juros, fica com sua capacidade de autofinanciamento reduzida. Isso restringe a expansão de sua capacidade produtiva. A consequência é uma maior dependência de financiamento externo ou de um refinanciamento da dívida.

Os recursos repassados, aplicados em crédito de investimento, foram os maiores responsáveis pelo aumento da dívida agrícola na década atual. Suas fontes são:

1. o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), oriundos da arrecadação do PIS-Pasep, para o “Sistema BNDES”;
2. Fundos Regionais, do recolhimento de Imposto de Renda (IR) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), para o Banco do Brasil (para aplicações na Região Centro-Oeste), Banco do Nordeste (para o Nordeste) e Banco da Amazônia (para a Amazônia).

No caso do “Sistema BNDES”, houve uma forte participação de bancos privados. É uma novidade na história do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Antes, somente os bancos oficiais, com destaque para o Banco do Brasil, faziam empréstimos para investimento agrícola, no mais das vezes com aportes diretos do Tesouro.

Grande parte dos bancos privados que concedem empréstimos de investimento

à agricultura pertencem às próprias montadoras de tratores e máquinas agrícolas. Muitos deles subestimaram o risco de uma crise sistêmica no setor, como ocorreu a partir do final de 2004. No passado, quando isso ocorria, o Tesouro intervinha e arcava com os ônus das renegociações de dívida.

Renegociação

Em 1995, por exemplo, a renegociação teve como justificativa a grave instabilidade macroeconômica na fase que precedeu o Plano Real. Houve muita instabilidade na renda agrícola e a dívida alcançou um montante impagável.

Agora, pode-se alegar o peso da taxa de câmbio no comportamento negativo da renda agrícola nos últimos três anos, a queda na safra 2004/05 e a queda nos preços internacionais das *commodities* agrícolas. Enfim, a falta de instrumentos anticíclicos para minimizar o risco sistêmico do setor.

Na safra 2006/07 foram orçados R\$ 4,8 bilhões para aplicação na linha de crédito especial Giro Rural, com recursos da FAT. Isso permite que as dívidas contraídas no sistema informal, no setor privado, passem para o sistema formal, que são as únicas passíveis de negociação. Um sinal claro para abertura de um processo mais amplo de repactuação dos débitos. A estimativa é de um passivo acumulado pelos produtores de R\$ 4,5 bilhões, sem correção monetária, nas empresas de insumos.

O fato é que a dívida agrícola corrente passa a espelhar o resultado de um novo crédito concedido para a quitação da dívida passada e a prorrogação dos pagamentos das dívidas vencidas. As operações, dentro desse “Sistema BNDES”, são postergadas para o final dos contratos. E, depois disso, caso não sejam quitadas, quem arcará com os custos? Esse quadro inibe uma retomada mais forte do crescimento agrícola a curto prazo.

Nas discussões do Plano de Safra 2007/08 está na pauta a redução da taxa de juro do custeio, de 8,75% ao ano, definida no Plano de Safra 1998/99, em maio de 1999, quando a taxa básica de juro (Selic) estava em 23,5%.

De acordo com as informações do Banco do Brasil, as safras 2004/05 e 2005/06 resultaram na prorrogação de R\$ 8,6 bilhões em dívidas, das quais R\$ 3,5 bilhões de custeio. A primeira parcela, das cinco totais, vence em julho próximo.

Nos casos que envolvem a renegociação da dívida com as empresas de insumos, o governo editou medida provisória para se criar o Programa de Financiamento de Recebíveis do Agronegócio. Em discussão está a proposta para a montagem de um fundo com a participação do produtor (10%), do credor (20%), do governo (15%) e de investidores que comprassem esses recebíveis. Inicialmente os recebíveis seriam títulos da soja, trigo, milho e algodão. ■

Mais informações: www.ipea.gov.com

Valor da dívida agrícola (R\$ bilhões de dezembro de 2006, deflator: IPCA)

Ano	Dívida Total	Fonte dos recursos emprestados		
		Livres	Obrigatórios	Repassados
1995	41,5	11,8	17,2	12,5
1996	38,4	8,5	17,5	12,4
1997	36,5	5,7	16,6	14,2
1998	39,5	4,2	18,1	17,1
1999	43,4	5,1	21,0	17,4
2000	47,1	4,0	24,7	18,4
2001	52,2	4,0	27,5	20,5
2002	53,6	3,8	27,9	21,7
2003	61,2	3,7	31,5	25,7
2004	67,6	3,4	35,2	28,7
2005	73,2	4,0	35,6	33,3
2006	80,1	4,3	39,1	36,5

Nota: Os saldos acima incluem estimativas das dívidas transferidas para o Tesouro Nacional, nos termos da Medida Provisória 2.196-3, de 24/08/2001.
Fonte: Bacen. Elaboração: Ipea.



PROGRAMA

CONJUNTURA BRASIL

(PROGRAMA INDEPENDENTE)



RECORD
FRANCA E RIBEIRÃO PRETO

APRESENTAÇÃO:

Maria Rita Falleiros

Através de entrevistas, debates técnicos, reportagens especiais e o resumo dos maiores eventos de negócios, o programa divulga onde estão as oportunidades de negócios na agricultura, pecuária, industrialização e comercialização de produtos. Divulgar iniciativas que estimulem o desenvolvimento do país, são as metas do programa “Conjuntura Brasil”.

Semanalmente, você participa do programa através do
e-mail: conjunturabrasil@conjunturabrasil.com.br ou pelo fone: (16) 3623-9720

Oferecimento:



Apoio:

AGROANALYSIS

